



Revista Pistis & Praxis: Teologia e
Pastoral

ISSN: 1984-3755

pistis.praxis@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do
Paraná
Brasil

Solano Rossi, Luiz Alexandre

Exército romano: conquista, terror e violência

Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 61-76

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449749237004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Exército romano: conquista, terror e violência

Roman army: conquest, terror and violence

Luiz Alexandre Solano Rossi

Professor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Londrina, PR - Brasil, e-mail: luizalexanderrossi@yahoo.com.br

Resumo

Falar do Império Romano é aludir a uma das épocas mais sangrentas e que marcou profundamente a situação tanto do povo judeu quanto do movimento de Jesus e das primeiras comunidades cristãs. Jesus fala e age numa situação de injustiça sistêmica e de mal estrutural. Contrapõe seu projeto ao projeto da *pax Romana* sustentada pelo Império por intermédio de um exército exemplarmente estruturado. Nesse contexto social, por viver e defender seu projeto, Jesus é condenado à cruz. A crucificação era considerada pelos romanos como terrorismo de Estado e sua função era impedir a resistência ou a revolta, especialmente entre as classes inferiores.

Palavras-chave: Exército romano. *Pax Romana*. Cristianismo. Crucificação.

Abstract

Speaking of the Roman Empire is alluding to one of the bloodiest periods and which has deeply marked the situation of both the Jewish people as the Jesus' movement and the early Christian communities. Jesus speaks and acts in a situation of systemic

injustice and structural evil. His project is against the pax Roman's project sustained by the Empire through a perfectly structured army. In this social context, in order to live and defend his project, Jesus is condemned to die on the cross. Crucifixion was regarded by the Romans as state terrorism and its function was to prevent resistance or revolt, especially among the lower classes.

Keywords: Roman army. Pax Roman. Christianity. Crucifixion.

Introdução

Não é possível falar da Palestina sem a necessária abordagem ao Império Romano e, a partir dele, ao seu exército. Impérios nascem, crescem e se mantêm por causa da excelência de seus exércitos. Excelência que se manifesta em quantidade e qualidade dos soldados, armamentos, técnicas de guerra, logística e planejamento estratégico. À frente do *Imperium* marcha inexoravelmente um exército. Nesse sentido, poderíamos dizer que o som das botas dos soldados sempre chegava antes do Império. Portanto, faz-se necessário um mínimo de informações para a compreensão de Jesus e seu ministério no perigoso cenário de um país ocupado por forças descomunais e de comportamento brutal.

Desde o início, os romanos estabeleceram seu império pela força superior das armas. No entanto, segundo Brunt (2004, p. 33), a maior novidade da atitude romana com respeito ao império era a firme crença de ser esse império universal e desejado pelos deuses. Virgílio, Cícero e Políbio (apud BRUNT, 2004, p. 34-35) afirmam, respectivamente, o alcance do Império Romano da seguinte maneira: “domínio sem limites de espaço ou de tempo”, “como que regesse todos os povos em todo o *orbis terrarum*” e “todo ou virtualmente todo o oikoumene, por suas partes conhecidas, achava-se sob o domínio romano”. A força militar e o poder divino apresentam-se, portanto, como os dois lados da mesma moeda. Juntos tecem tanto um exército invencível quanto um império que não tem fim. Não há, na mais pura expressão da verdade, como disseminar a *pax Romana* sem a ação militar dos exércitos em marcha.

O império era controlado pelo terror militar e, certamente, é possível dizer que o exército era a base do Estado e sua grande arma secreta. Como exemplo, é profundamente interessante citar alguns trechos do enorme discurso de Agripa aos judeus. Nesse discurso, feito com o objetivo de evitar a guerra, é possível perceber a capacidade militar do exército romano. O discurso é anotado por Josefo (2009a, livro II) e deixa entrever o poder de conquista e de devastação desse exército sem igual.

A seguir, reproduzo alguns extratos das palavras de Agripa que permitem uma melhor concepção da mentalidade antiga a respeito do poderoso exército romano:

- “quando Pompeu (63 a.C.) invadiu nossa terra era o momento de ter feito todo o possível para evitar a entrada dos romanos” (2.355);
- “mas nossos antepassados e seus reis, ainda que tivessem tido muito mais riquezas, mais força física e mais valor que vocês, no entanto, não resistiram nem a uma pequena parte do poder romano. E vocês que herdaram de seus ancestrais a escravidão, de uma vez que são inferiores a estas primeiras gerações que foram submetidas, querem se levantar contra a força dos romanos?” (2.356);
- “estes atenienses que em torno da pequena Salamina aniquilaram a imensa Ásia, agora são escravos dos romanos” (2.357);
- “não é certo que temos sido vencidos muitas vezes pelos povos vizinhos, enquanto o exército romano nunca foi derrotado em todo o mundo habitado?” (2.361);
- “os romanos levaram seus exércitos além das colunas de Hércules, passaram pelas montanhas dos Pirineus e através das nuvens e, assim, submeteram aos iberos. Uma só legião teria sido suficiente para custodiar a um povo tão difícil de combater e tão afastado” (2.374);
- “contemplem também as fortificações dos britânicos, vocês que confiam nas muralhas de Jerusalém. Pois estes também, apesar de estarem rodeados pelo oceano e de viver numa ilha tão grande como a terra habitada por nós, foram subjugados pelos romanos depois de navegarem até ele. Quatro legiões guardam esta ilha tão extensa” (2.377);

- “e agora, quase todos os que vivem sob o sol estão submetidos ao domínio romano, vocês serão os únicos que vão lutar contra eles?” (2.379);
- “somente nos sobra refugiar-nos na aliança divina. Mas Deus também está com os romanos, pois que sem ele teria sido impossível criar um poder tão grande” (2.389).

As palavras falam por si mesmas e ajudam a perceber o imaginário das populações que experimentavam a ação militar bem diante de seus olhos. No entanto, é preciso salientar que a política expansionista e de caráter imperialista de Roma teve início num período bem anterior, possivelmente no período da 1ª Guerra Púnica (264 a 241 a.C.), quando Roma precisou construir sua própria frota para essa guerra e, posteriormente, seus navios continuaram sendo instrumentos importantes para manter as novas conquistas. Dados esses acontecimentos, pela primeira vez no processo de expansão de seu poder, afirma Koester (2005, p. 292), Roma usou um instrumento de política imperialista, em vez de sua tradicional política de federação, definindo assim o padrão para futuras políticas na consolidação de reinos recém-adquiridos. Desse momento em diante, isto é, a partir da 1ª Guerra Púnica, Roma passou a perseguir uma política abertamente expansionista.

Crossan (1995, p. 54), numa referência a Tácito, mostra a descrição do Império Romano a partir da visão do general Calgaco, antes de seu encontro fatal com o poderio militar no nordeste da Escócia. Um texto exemplar:

saqueadores do mundo, agora que a terra não é o bastante para as suas mãos devastadoras, eles exploram até o mar: se o inimigo possui riquezas, eles têm ganância; se ele é pobre, são ambiciosos; Oriente nem Ocidente os fartaram; são o único povo da humanidade que contempla com a mesma paixão a escassez – terras pobres – e a fartura – terras ricas. Pilhar, matar, roubar, a isso chamam erradamente de império: trazem desolação e chamam isso de paz.

Estamos, historicamente, no contexto da paz romana (*pax Romana*). Wengst (1991, p. 23) descreve-a da seguinte maneira:

a *pax romana* foi resultado produzido a ferro e fogo e mediante o uso, sem escrúpulos, de todos os meios de luta do Estado, de uma disputa inimiga com o mundo inteiro, que se apoiava numa arte de Estado coercitiva e através da qual, em cada caso concreto, houvera a vontade ilimitada da defesa do próprio proveito. A *pax romana*, que em teoria é uma relação de direito entre dois parceiros, é, na realidade, uma ordem de dominação; Roma é o parceiro, que a partir de si mesmo, ordena a relação e propõe as condições. Para o não romano, *pax* significava a confirmação da submissão a Roma, por meio de contrato que implorava, simultaneamente, a proteção de Roma contra os ataques de outros povos estrangeiros.

Elliot (2004, p. 171) reafirma essa compreensão:

a chamada *pax romana* foi celebrada na retórica e no ritual como uma nova Idade do Ouro, a dádiva dos deuses; mas tratava-se de uma paz obtida pela conquista militar, como mostra claramente a iconografia romana. O “altar da paz de Augusto” ficava na Colina de Marte, deus da guerra. Moedas cunhadas sob Augusto vinculam o Primeiro Cidadão, armado e de armadura, com *Pax*, deusa da paz, pisando sobre as armas de inimigos subjugados, e com *Vitória*, deusa da conquista, pisando sobre o próprio globo.

Interessante notar que estamos diante de uma tríade de deuses, ou seja, *Marte*, *Pax* e *Vitória*. Todavia, uma trindade da força e que tem como objetivo fundamental a conquista. Nesse caso, a trindade divina não serve para criar comunidade, mas sim para produzir conquista, escravização e morte.

Todavia, o caminho que levava à era dourada e de paz não podia ser realizado sem esforço. Não há uma estrada que conduza diretamente a esse destino. A nova era para uma sociedade militar de orientação imperial caminhava ao lado, *pari passu*, da perpetuação da guerra. É possível afirmar que a *pax Romana* estava fundada na conquista e na guerra. Horsley (2004, p. 27) esclarece o conceito de paz dizendo que se tratava de uma *pax* no sentido romano, ou seja, um pacto depois da conquista. E num outro livro (HORSLEY, 1987, p. 47) acrescenta que “os romanos mantinham a *pax Romana* pelo terror”.

Podemos trazer à memória, apenas para exemplificar, a figura de Augusto, que desejava ser lembrado como o mais bem-sucedido general

romano. Para tanto, fez constar no preâmbulo das *Res gestae* (os atos de Augusto, narrativas redigidas pelo próprio Augusto, onde citava as obras realizadas durante sua carreira política) as seguintes palavras: “as façanhas do divino Augusto, por meio das quais ele subjugou o mundo ao domínio do povo romano”. O domínio de Roma se consolidava pela força e não pelas ideias. Assim, constituiu um exército bem armado e, com belíssima estratégia militar, conseguiu consolidar um grande império que se fazia sentir de forma absoluta em todos os âmbitos da sociedade.

O Império Romano na Palestina

O avanço do Império Romano em direção à Palestina pode ser datado de 63 a.C., quando Pompeu conseguiu tomar Jerusalém sem muitos problemas, reintegrando Hircano como sumo-sacerdote, porém, desse momento em diante devendo se reportar aos romanos para prestar contas de suas funções administrativas. Uma conquista que fará com que a Palestina permaneça subjugada à águia romana e cujo domínio alimentaria o ódio do povo por muitos séculos.

A Palestina era, portanto, um conjunto de cidades dominadas e submetidas ao poder romano. É possível afirmar que a maior parte da história judaica na Palestina (e as províncias da Galileia, Samaria e Judeia) do primeiro século envolveu protesto e resistência contra as provocações e a opressão romana (HORSLEY, 1987, p. 33). As principais vítimas da política expansionista romana eram justamente os camponeses. Para eles, a dominação romana significava fundamentalmente uma pesada tributação e, mais do que isso, uma séria ameaça à sua existência, haja vista que muitos deles foram expulsos de suas terras (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 43).

Não é possível minimizar o período da dominação romana. Nela encontramos o cenário apropriado para a emergência de lutas, guerrilhas e sublevações populares contínuas. A Palestina poderia ser descrita como um dos maiores focos de rebeldia contra a expansão imperial romana. Poderíamos ainda acrescentar que na Palestina do primeiro século a situação econômica da população encontrava-se em queda vertiginosa, refletindo na deterioração da qualidade de vida. As pessoas mais vulneráveis

viviam cercadas pela instabilidade e pela penúria. Horsley (1987, p. 29), em seu livro: *Jesus and the spiral of violence*, descreve que a violência na região era “institucionalizada” porque havia sido determinada pela conquista imperial. Ele afirma que os romanos possuíam sua ideologia auto-legitimadora de “defender seus amigos e aliados” e de levar “civilização” e “paz” para o resto do mundo. Todavia, a conquista imperial era marcada pelo uso abusivo da violência, atingindo populações inteiras, seja pelo assassinato ou pela escravidão.

As operações militares periódicas em diversos pontos da Galileia e a carga econômica extraimposta sobre os camponeses pelo tributo romano e pela arrecadação de taxas especiais tiveram um efeito desastroso sobre os camponeses galileus. Os impostos exigiam do povo um grande esforço que levava, irremediavelmente, à miséria. A prática da cobrança de impostos beneficiava um determinado grupo social de Roma que vivia à custa desses tributos. A cobrança de impostos, somada a outras formas de opressão, produzia o aumento do número de pobres, marginalizados, enfermos, entre outros, que se tornavam reféns das estruturas de poder romano. Por meio dessas políticas, a Galileia viu crescer o número de enfermos, de desempregados e de agricultores sem-terra.

Jesus fala e age, portanto, numa situação de injustiça sistêmica e de maldade estrutural, em que uma grande porcentagem de pessoas sacrificadas era a responsável em tornar o processo de construção do império possível. Jesus nasceu e viveu no contexto social do século I d.C., um período em que a importância do Império Romano é incontestável e determinante. Na cidade de Nazaré, por exemplo, a presença exploradora do Império Romano se manifestava duplamente, seja pela cobrança de impostos seja pela presença do exército.

Raio X do exército e de suas ações

Ao longo da literatura encontramos muitas referências, não somente a respeito da capacidade militar de Roma, bem como sobre sua formação. Nesse sentido, Koester (2005, p. 6) afirma que Vespasiano, durante o inverno de 66 d.C., reuniu três legiões e várias tropas auxiliares; em

outro momento traz informações, ainda que genéricas, a respeito da capacidade logística e da técnica militar ao afirmar que numa das incursões de Vespasiano o cerco durou “várias semanas”. Josefo (Guerras, Livro II), por sua vez, insiste em descrever o poder do exército romano ao registrar em várias ocasiões: “Varo deixou na cidade uma das três legiões” e, ainda, “os romanos se impuseram com sua experiência guerreira (Guerras, 2.47); “Petrônio se dirigiu desde a Antioquia para a Judeia com três legiões e com muitos aliados da Síria” (Guerras, 2.186); “Floro se dirigiu a Jerusalém com um exército de cavalaria e infantaria com a finalidade de intervir ali com armas romanas e espoliar a cidade com terror e ameaças” (Guerras, 2.295); já a respeito da campanha de Céstio nos informa que “transferiu de Antioquia a duodécima legião completa, dois mil soldados selecionados das outras legiões, suas tropas de infantaria e quatro alas de cavalaria” (2.498).

No entanto, uma das maiores questões relativas ao exército romano permanece sem resposta: nenhuma fonte existente afirma o número preciso de homens nas legiões. Desse modo, poderíamos nos aproximar de Crossan (1995, p. 147), que afirma que uma legião consistia de 6.000 homens, ou ainda de Southern (2007, p. 99), que indica ser possível que o número de legionários fosse diferente nas províncias e em épocas diferentes e que, por isso, a maioria dos pesquisadores acaba optando por uma força legionária entre 5.000 e 6.000 homens. Além das legiões havia as tropas auxiliares, recrutadas nas províncias, e uma frota. Cada legião compreendia 10 coortes e 6 centúrias constituíam uma coorte. Originalmente, todos os legionários eram recrutados dentre os cidadãos romanos, mas a partir do momento em que a fonte de recursos humanos entrasse em processo de redução a distinção entre cidadãos e não cidadãos era completamente ignorada.

A respeito da cadeia de comando, Koester (2005, p. 237) nos informa que uma legião era comandada por um legado da classe senatorial. A ele estavam subordinados seis tribunos militares, o primeiro dos quais provinha do senado, e os demais da classe dos equestres, de onde saíam também os comandantes das tropas auxiliares. Esses oficiais serviam apenas por períodos limitados, mas os equestres podiam servir por um período de tempo mais prolongado. Os oficiais permanentes do exército eram os centuriões, cidadãos comuns para quem o serviço militar era uma profissão para toda a vida. Uma subdivisão especial do exército era a guarda

imperial, o pretorianos, que se transformara num corpo de elite e também servia como uma espécie de academia militar. Os pretorianos, uma corporação com aproximadamente 4.500 homens e comandada por dois prefeitos, eram a única unidade do exército estacionada em solo italiano.

Do ponto de vista da estratégia político-militar era de suma importância que a maioria das legiões estivesse estacionada nas províncias fronteiriças. Afinal, a administração dessas províncias pelo imperador estava estreitamente relacionada com seu *imperium* militar. A força política do imperador era garantida pela presença e força das legiões, que às vezes podiam nomear o imperador.

A força legionária romana era considerada letal. Dois exemplos são significativos: 1) o governador Varo precisou de três legiões e tropas auxiliares para esmagar revoltas na terra judaica. Quando ele chegou a Jerusalém, crucificou, segundo o relato de Josefo (Guerra, 2.75), “dois mil rebeldes”. As crucificações em massa marcaram o começo e o fim da primeira guerra romano-judaica; 2) no início do verão de 66 d.C., Floro, governador romano da terra judaica, ordenou a suas tropas que atacassem dentro da cidade. O relato de Josefo (Guerra, 2.306-308) fala por si mesmo:

muitos dos cidadãos pacíficos foram detidos e levados diante de Floro, que primeiro mandou que fossem açoitados e depois crucificados. O número total de vítimas nesse dia, incluindo mulheres e crianças, pois estas não mereciam perdão, chegava a três mil e seiscentos. A calamidade era agravada pelo aspecto sem precedentes da crueldade dos romanos. Pois Floro se aventurou nesse dia a fazer o que ninguém havia sequer tentado antes, isto é, açoitar diante de seu tribunal e pregar na cruz homens de nível de cavaleiros, homens que, se judeus por nascimento, foram pelo menos investidos com essa dignidade romana.

O exército romano em marcha deveria impressionar e alimentar o desespero das populações que se encontravam em seu caminho. No entanto, é preciso salientar que havia certa ordem na marcha militar. De acordo com Josefo (2009b, Guerra, 3.115-126), no ano 67 d.C., o general Vespasiano, que ainda não era imperador, marchou em direção à Galileia e colocou seu exército à vista do inimigo, para infundir-lhe medo, com a seguinte ordem:

- a) as forças auxiliares e os arqueiros ligeiramente armados devem checar o terreno e descobrir emboscadas;
- b) destacamento de infantaria e cavalaria com armamento pesado;
- c) dez homens de cada uma das centúrias com seu próprio equipamento e com instrumentos necessários para medir o traçado do acampamento;
- d) logo após, seguiam os engenheiros para verificar as estradas, aplaiar os caminhos difíceis e cortar árvores que impedissem o acesso;
- e) fazer o transporte das bagagens de Vespasiano e de seus oficiais, protegidas pela cavalaria;
- f) atrás cavalaria o próprio Vespasiano com um destacamento da infantaria e da cavalaria, assim como sua própria guarda pessoal;
- g) depois, a cavalaria própria de cada legião;
- h) em seguida, as mulas carregando as máquinas de sítio;
- i) adiante, seguiam os oficiais: os comandantes das legiões, os prefeitos e os tribunos com guardas;
- j) depois, iam os estandartes com o símbolo da águia;
- k) seguiam-se, aos estandartes, as trombetas;
- l) após as trombetas, seguiam as falanges com seus efetivos distribuídos em filas de seis, tendo um centurião com o objetivo de supervisioná-las;
- m) seguiam os servos e as bagagens;
- n) no final das legiões, ia uma grande quantidade de mercenários, que tinham a retaguarda protegida por soldados com armamentos pesados e ainda por um grande número de cavalarianos.

O exército estacionado diante dos inimigos se apresentava como a própria imagem do terror e da violência que estava por chegar. No entanto, os soldados sedentos para entrar em combate seguiam táticas de batalha bem definidas, a fim de quebrar a linha de batalha inimiga, que podem assim ser descritas, de acordo com Webster (1985, p. 232):

- 1) nas batalhas no solo uma força é direcionada para o centro, com duas forças laterais e uma força reserva na retaguarda. As forças laterais e reservas devem ser fortes o suficiente para prevenir qualquer ataque ou manobra fora do flanco;

- 2) uma linha de batalha oblíqua com a força lateral esquerda permanece em uma posição defensiva, enquanto a força lateral direita avança para tentar dominar o flanco esquerdo do oponente. Uma oposição a esse movimento é fortalecer a força esquerda com a cavalaria e as reservas, mas se ambos os lados obtiverem sucesso no *front* de batalha a tendência é que eles se movam num sentido anti-horário, cujo efeito variaria por causa da natureza do terreno;
- 3) a mesma situação do número 2, exceto pelo fato de a força esquerda se tornar agora mais forte e fazer uma tentativa de um novo movimento que acontece a partir do momento em que se sabe que a força direita do inimigo está enfraquecida;
- 4) as duas forças laterais avançam juntas, deixando o centro para trás. Esse movimento pode tomar o inimigo de surpresa e, consequentemente, deixar seu centro exposto e desmoralizado;
- 5) a mesma tática do anterior, mas o centro é escondido por arqueiros e infantaria leve, o que pode manter o centro inimigo distraído enquanto as forças laterais batalham;
- 6) uma variação da tática 2, em que o centro e a lateral esquerda são mantidos atrás enquanto a força lateral direita tenta um movimento de retorno. Se a ação obtiver sucesso, a lateral esquerda, reforçada pelos reservas, pode avançar e esperar completar o movimento de ataque que comprimiria o centro;
- 7) é o uso do terreno apropriado, em qualquer um dos flancos, para protegê-los como sugerido na tática 2.

Exército, violência e terror

O terror por meio da violência não era algo raro nas incursões do exército romano. No início do verão de 70 d.C., o exército de Tito cercou completamente Jerusalém à espera de sua queda. Segundo o relato de Josefo (2009c, Guerra, 5.47-51):

a maioria (dos que saíram da cidade sitiada em busca de alimento) eram cidadãos da classe mais pobre, que eram dissuadidos de desertar por

preocupação com as famílias [...]. Quando apanhados, eram [...] açoitados e sujeitos à tortura de todo tipo, antes de serem mortos, e então crucificados diante das muralhas [...] sendo capturados diariamente quinhentos ou às vezes mais [...] Os soldados por raiva e ódio se divertiam pregando os prisioneiros em diferentes posições; e tão grande era seu número, que não havia espaços para as cruzes nem cruzes para os corpos.

A violência foge à compreensão. O mesmo Josefo relata que as tropas de Tito capturaram judeus mais pobres, que fugiam de Jerusalém para buscar comida fora das muralhas, e os torturaram, espancaram e crucificaram diante dos olhos dos defensores da cidade. Num caso, arrancaram as mãos de vítimas de tortura e as fizeram voltar, mutiladas, para a cidade, como meio de coagir os habitantes à rendição (Guerra, 5.11,5). Palavras como chicotear, torturar, queimar os olhos e mutilar fazem parte do vocabulário de Josefo ao descrever a ação militar romana (5.49.9).

A crucificação era e permaneceu uma punição política e militar do Império Romano. De acordo com Crossan (2008, p. 138-139), a crucificação romana era terrorismo de Estado e sua função era impedir a resistência ou a revolta, especialmente entre as classes inferiores. Relacionado a Jesus, é possível dizer que o Império Romano raramente exercia seu poder sem necessidade. Nesse sentido, “ele não crucificava professores ou filósofos [...] se Jesus tivesse sido apenas uma questão de palavras ou idéias, os romanos provavelmente o teriam ignorado” (CROSSAN, 2008, p. 15). Muito mais do que as palavras, eram as ações de Jesus que incomodavam o projeto da disseminação da *pax Romana*.

Um dos maiores trunfos dos militares romanos era a crucificação. Ela era utilizada como um instrumento para aterrorizar os povos subjugados e, assim, submetê-los ao regime imperial. Necessariamente, a cruz evocava – não podemos pensá-la de forma neutra – o terror de tortura e a punição para escravos e povos resistentes ao domínio romano. Percebe-se, portanto, que a cruz possui um horizonte social bastante característico, isto é, nela e para ela estão destinados os agitadores.

Horsley e Hanson (1985, p. 44) acrescentam que o exército romano, em seu avanço sobre os territórios judeus, tratou os habitantes com brutalidade com o objetivo de induzir o povo à submissão. Segundo os

autores, “repetidamente, os exércitos romanos incendiaram e destruíram completamente cidades e massacraram, crucificaram ou escravizaram suas populações”. Um dos exemplos mais notáveis é anotado por Josefo ao registrar que “quando Cássio conquistou Tariquéia, na Galiléia, escravizou cerca de 30 mil homens e posteriormente escravizou o povo de importantes cidades regionais como Gofna, Emaús, Lida e Tamna” (apud HORSLEY, p. 1995, p. 44).

No mundo romano, a crucificação, portanto, é plenamente coroada de significação política. Elliot (2004, p. 169) afirma que, como meio de punição capital de crimes hediondos, a crucificação era a “pena romana suprema”, mas quase sempre infligida às classes inferiores. Ela era a punição típica para escravos como instrumento de dissuasão (HENGEL, 1978).

Conclusão

Sigo a orientação de Crossan (2008, p. 106) ao afirmar que “remover o que é radicalmente subversivo, socialmente revolucionário e politicamente perigoso das ações de Jesus é deixar sua vida sem significado e sua morte inexplicável”. À cultura romana apoiada pelo poder armado e pela ambição imperial é necessário contrapor uma nova cultura ou talvez contracultura: o movimento do Reino foi o programa de Jesus para dar poder a um campesinato que se tornava cada vez mais duramente pressionado pelas taxas insistentes e dívidas permanentes que culminavam com a expropriação de terras, tudo no contexto da crescente comercialização da economia colonial em expansão num Império Romano sob a paz Augusta. Nesse sentido, trata-se de um enfrentamento objetivo, ou seja, um enfrentamento à estrutura de poder e à forma como ele se sustentava.

Horsley (2004, p. 9) é categórico ao afirmar que o “cristianismo começou como um movimento anti-imperial” e, conseqüentemente, a violência militar romana foi uma das responsáveis por estabelecer as condições materiais, políticas e culturais em que se originou o movimento cristão.

Diante dessas afirmações, algumas possibilidades de leitura sobre Jesus diante de um contexto de conquista, terror e violência são possíveis:

- 1) ler o Jesus crucificado a partir de duas perspectivas que não são concorrentes, mas complementares. No entanto, essa leitura exige que deixemos de lado o maniqueísmo que costuma valorizar uma leitura e falsificar outra. Um novo olhar permite perceber que as duas perspectivas estão corretas e, assim, dar um passo de qualidade e quantidade na maneira de vivenciar a fé cristã. Vejamos: na maioria das vezes as pessoas percebem o Jesus crucificado como aquele que gerou uma verdadeira revolução em sua convicção e ação pessoal. Estamos, nesse caso, no âmbito do que é costumeiramente chamado de “conversão”. Não há como negar essa leitura. Todavia, a consciência de que a cruz leva à conversão não pode obstruir a compreensão de que ela deve ser lida a partir da própria contradição da história. Não existe cruz sem a história que a gerou;
- 2) é necessário repensar algumas tendências da teologia contemporânea, que apresenta o discurso da vitória como essencialmente cristão e legitimado pelo próprio Deus. Na verdade, trata-se de uma teologia com profundos resquícios da mentalidade “agripiana”, ou seja, a vitória somente está presente junto ao Império Romano e seu invencível exército porque o próprio Deus fez uma opção preferencial por eles. Sem Deus não teria sido possível criar um poder tão grande e, dessa forma, na vitória de Roma se refletiria também a vitória de Deus. A esperança de Agripa está profundamente despedaçada, porque para ele, assim como para muitos de nós, o conceito de vitória anda necessariamente ao lado da divindade vencedora;
- 3) o projeto de Roma era estabelecer a chamada *pax Romana* e, conseqüentemente, decidir sobre o ser ou não ser das populações conquistadas. Contudo, Jesus de Nazaré também tinha um projeto: seu projeto estava baseado na construção do ser da comunidade e de seus membros por meio da inclusão. “A minha paz vos dou, não vo-la dou como o mundo a dá” surge, na verdade, como a mais radical denúncia político-institucional de que a *pax* do Império Romano deve ser completamente descartada.

Poderíamos, de certa forma, ler as palavras de Jesus da seguinte maneira: “a minha paz vos dou, não vo-la dou como o *império* a dá”. A partir da

cruz somente podemos entender a paz de Jesus como um enfrentamento político, um enfrentamento estrutural e um enfrentamento em relação às lógicas do poder bem como da economia.

Sempre é de bom tom lembrar que foi no interior de uma civilização do terror que Jesus nasceu, viveu, solidarizou-se com os pobres e, derrotado pelo império, morreu e ressuscitou!

Referências

BRUT, P. A. Laus imperii. In: HORSLEY, R. A. (Org.). **Paulo e o império**: religião e poder na sociedade imperial romana. São Paulo: Paulus, 2004. p. 24-36.

CROSSAN, J. D. **Jesus**: uma biografia revolucionária. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

CROSSAN, J. D. **O essencial de Jesus**: frases originais e primeiras imagens. Belo Horizonte: Jardim dos Livros, 2008.

ELLIOT, N. A mensagem antiimperial da cruz. In: HORSLEY, R. A. (Org.). **Paulo e o império**: religião e poder na sociedade imperial romana. São Paulo: Paulus, 2004. p. 169-184.

HENGEL, M. **Crucifixion**: in the ancient world and the folly of the message of the cross. Philadelphia: Fortress Press, 1978.

HORSLEY, R. A. **Jesus and the spiral of violence**. San Francisco: Harper & Row, 1987.

HORSLEY, R. A. (Org.). **Paulo e o império**: religião e poder na sociedade imperial. São Paulo: Paulus, 2004.

HORSLEY, R. A.; HANSON, J. S. **Bandidos, profetas e messias**. São Paulo: Paulus, 1995.

JOSEFO, F. **Guerra dos judeus**. Livro II. Curitiba: Juruá, 2009a.

JOSEFO, F. **Guerra dos judeus**. Livro III. Curitiba: Juruá, 2009b.

JOSEFO, F. **Guerra dos judeus**. Livro V. Curitiba: Juruá, 2009c.

KOESTER, H. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2005. v. 1.

SOUTHERN, P. **The Roman Army**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WEBSTER, G. **The Roman Imperial Army**. New Jersey: Barnes & Noble Books, 1985.

WENGST, C. **Pax Romana**: pretensão e realidade. São Paulo: Paulinas, 1991.

Recebido: 03/04/2010

Received: 04/03/2010

Aprovado: 23/05/2010

Approved: 05/23/2010